China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial 30 de junho 2017

### China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

# Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de $2017\,$

#### Conteúdo:

Relatório da Administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanços patrimoniais consolidados	11
Demonstrações de resultados	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	18

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 1º SEMESTRE 2017

#### Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. "CCB Brasil" ou "Banco" submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2017. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais – R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas emanadas do Banco Central do Brasil.

#### A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, que posiciona-se como o segundo maior banco comercial da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

#### Desempenho operacional

Os ativos totais alcançaram R\$ 24.109,5 milhões em 30 de junho de 2017, o que representa um aumento de 83,8% quando comparado com 30 de junho de 2016. Ao término do primeiro semestre de 2017, as operações de crédito somaram R\$ 7.178,5 milhões, crescimento de 16,3% ante junho de 2016. A carteira de crédito expandida, que agrega as operações de avais e fianças totalizou R\$ 8.787,9 milhões.

Em 30 de junho de 2017, o Patrimônio Líquido do Banco era de R\$ 741,1 milhões, decréscimo de 38,2% em relação a 30 de junho 2016. O índice de Basileia atingiu 14,33%, acima do nível mínimo regulatório (10,5%). O capital de Nível 1 representou 3,04% enquanto o Nível 2 representou 11,29%.

#### Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 1.252,3 milhões, o que representa 15,5% do total de títulos e valores mobiliários.

#### Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 30 de outubro de 2017).

# China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 1°. Semestre de 2017

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A — CCB Brasil é instituído em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição, sendo composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB Brasil e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2017, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do Banco Central do Brasil - BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade apropriada.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2017. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da Instituição, conforme indica o relatório de auditoria dos auditores independentes sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da Instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes e os resultados de ações fiscalizadoras do BACEN. Suas principais recomendações estão centradas na definição e implementação do plano estratégico e da necessidade de recomposição do capital regulatório, que se encontra em andamento.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2017, cujo relatório, datado de 30 de outubro de 2017, apresenta-se sem ressalvas. Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) levantados pela PwC são: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii)

créditos tributários; (iii) limite operacional e aumento de capital; e (iv) ambiente de tecnologia da informação. Esses assuntos foram discutidos com os responsáveis pela PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do banco e suas controladas.

A Instituição apresenta limite operacional mínimo inferior ao requerido pela Resolução CMN nº 4.193/13. Um processo de aumento de capital está em andamento para regularizar a situação, conforme nota explicativa 1.

Conforme a nota explicativa 2 (c), foi realizado ajuste nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2016, apresentadas comparativamente, relativamente ao critério de amortização do ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros na aquisição da subsidiária CCB Brasil Financeira.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Instituição.

O relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião nesta data.

São Paulo, 30 de outubro de 2017.

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira Presidente Walter M. Machado de Barros

Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2017 e relatório do auditor independente





### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução  $n^{o}$  4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Ênfase

#### Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

O exame das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do semestre findo em 30 de junho de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 5 de dezembro de 2016, antes dos ajustes descritos na Nota 2(c).

Como parte de nosso exame sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do semestre findo em 30 de junho de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2(c), que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de 30 de junho de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de 30 de junho de 2016 tomadas em conjunto.

#### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 31 de outubro de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
  procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos
  opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 21 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos Contador CRC 1SP171564/O-1

Balanço patrimonial consolidado em 30 de junho Em milhares de reais

		CONSOLIE	ADO PRUDENCIAL
		Junho	Junho
	Nota	2017	2016
ATIVO			Reapresentado Nota 2.c.1
Circulante	85 <u>-</u>	13.630.927	7.122.657
Disponibilidades	4a.	424.061	59.213
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		795.851	11.214
Aplicações no mercado aberto	4b.	783.994	16
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	4.579	5.742
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	7.278	5.456
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		4.128.811	3.937.845
Carteira própria	5b.	1.155.006	1.878.578
Vinculados a operações compromissadas	5b.	2.484.891	1.308.286
Vinculados a prestação de garantias	5b.	395.049	687.586
Instrumentos financeiros derivativos	6.	93.865	63.395
Relações Interfinanceiras		13.402	28.910
Pagamentos e recebimentos a liquidar	-	3.660	8.398
Depósitos no Banco Central		9.742	20.512
Operações de Crédito		2.674.359	2.328.847
Operações de crédito	7.	3.024.183	2.597.338
Setor público	100	12.084	26.951
Setor privado		3.012.099	2.570.387
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	8.	(349.824)	(268.491)
Operações de Arrendamento Mercantil	7g.	(6.338)	(2.607)
Arrendamentos a receber - setor privado	100	19.436	37.390
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(18.462)	(36.332)
Provisão para créditos de arrendamento		(10.402)	(50.552)
mercantil de liquidação duvidosa	8.	(7.312)	(3.665)
Outros Créditos		5.556.326	718.606
Avais e fiancas honrados	(A)	25.424	26.954
Carteira de câmbio	9.	5.419.532	550.419
Rendas a receber		26.938	16.020
Negociação e intermediação de valores		843	4.659
Diversos	10.	125 098	226.362
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(41.509)	(105.808)
Outros Valores e Bens		44.455	40.629
Despesas antecipadas	-	44.455	40.629
		44.433	40.023

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Balanço patrimonial consolidado em 30 de junho Em milhares de reais

		CONSOLIDA	DO PRUDENCIAL
		Junho	Junho
ATIVO		2017	2016
			Reapresentado Nota 2.c.1
Realizável a Longo Prazo		10.278.969	5.696.542
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		986	10 201
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	986	48.384 48.384
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	40.	4.292.210	420.565
Carteira própria	5b.	2.116.807	89.058
Vinculados a operações compromissadas	5b.	1.895.160	17.387
Vinculados a prestação de garantias		10.485	8.284
Instrumentos financeiros derivativos	6.	269.758	305.836
Operações de Crédito		3.353.428	2.568.298
Operações de crédito	7.	3.613.312	2.767.761
Setor público		3.341	15.077
Setor privado		3.609.971	2.752.684
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	8.	(259.884)	(199.463)
Operações de Arrendamento Mercantil	7g	(4.352)	(2.674)
Arrendamentos a receber - setor privado		10.990	26.499
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber Provisão para créditos de arrendamento		(10.990)	(26.499)
mercantil de liquidação duvidosa	8.	(4.352)	10 674)
Outros Créditos	0.	(4.352) 2.307.755	(2.674) 2.358.131
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	27a.	1.305.165	1.779.900
Crédito presumido - Lei 12.838/2013	210	372.823	1.775.500
Diversos	10.	637.061	579.659
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(7.294)	(1.428)
Outros Valores e Bens		328.942	303.838
Outros valores e bens	11.	379.252	347.085
Despesas antecipadas		46.011	34.884
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	11.	(96.321)	(78.131)
Permanente		199.616	296.228
Investimentos		3.461	1.584
Participações em controladas - no país		2.816	872
Outros investimentos		1,135	1.202
Provisão para perdas em investimentos		(490)	(490)
Imobilizado de Uso	12b.	79.543	107.583
Imóveis de uso		159.007	168.687
Outras imobilizações de uso		35.575	35.514
Depreciações acumuladas		(115.039)	(96.618)
Imobilizado de Arrendamento		81.312	135.831
Bens arrendados		185.775	305.472
Superveniência de depreciação		8.462	14.988
Depreciações acumuladas		(112.925)	(184.629)
Intangivel	12c.	35.300	44.520
Ativos intangiveis		122.383	118.099
Amortização acumulada		(87.083)	(73.579)
Diferido Gastos de organização e expansão			6.710 30.783
Perdas em arrendamento a amortizar			11.893
Amortização acumulada		- - -	(35.966)
Total do Ativo		24.109.512	13.115.427

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Balanço patrimonial consolidado em 30 de junho Em milhares de reais

		12-4-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-	
			ADO PRUDENCIAL
		Junho 2017	Junho
			Reapresentado
PASSIVO			Nota 2.c.1
Circulante		20.280.784	8.773.079
Depositos	16.	2.420.843	1.590.512
Depósitos à vista		80.704	99.872
Depósitos de poupança		9.122	12.601
Depósitos interfinanceiros Depósitos a prazo		218.826	76.330
Depósitos em moedas estrangeiras		2.112.191	1.400.194 1.515
Captações no Mercado Aberto	17a	4.201.702	1.133.777
Carteira pròpria	170.	4.201.702	1.133.777
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		236.201	370.251
Recursos de letras emitidas	17b.	235.904	347.882
Letras de crédito imobiliário		94.717	88.671
Letras de crédito de agronegócio		113.222	192.041
Letras financeiras		27.965	67.170
Recursos de aceites cambiais		297	2,00
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior Relações Interfinanceiras	18.	-	22.367
Recebimentos e pagamentos a liquidar		553	1.219
Relações Interdependências		553 34,236	1.219 16.796
Recursos em trânsito de terceiros		34 236	16.796
Obrigações por Empréstimos	19	7 226 345	4.802.864
Empréstimos no exterior		7.226.345	4.802.864
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	20.	44.843	32.539
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		43.011	23.726
Ministério das Cidades		1.832	8.813
Obrigações por Repasses do Exterior	19.	85.804	67.725
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	57.683	291.204
Instrumentos financeiros derivativos		57.683	291.204
Outras Obrigações  Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.972.574 2.246	466.192
Carteira de câmbio	9.	5.039.922	2.597 16.615
Sociais e estatutárias	9,	204	816
Fiscais e previdenciárias	21.	170.860	69.273
Negociação e intermediação de valores		5.801	18.458
Divida subordinada	24a	563 929	16.287
Diversas	23.	189 612	342.146
Exigivel a Longo Prazo		3.058.194	3.113.746
Depósitos	16.	341.842	512.293
Depósitos interfinanceiros		66.884	188.662
Depósitos a prazo		274.958	323.631
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		137.643	180.360
Recursos de letras emitidas	17b.	82.577	125.035
Letras de crédito imobiliário		2.635	66.829
Letras de crédito de agronegócio		18.172	33.576
Letras financeiras		61.770	24.630
Recursos de aceites cambiais	40		259
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior Obrigações por Empréstimos	18. 19.	55.066 290.118	55.066
Empréstimos no exterior	13.	290.118	0 <del>1</del>
Obrigações por Repasses do Exterior	19.	230.110	82.522
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	1.265	
Instrumentos financeiros derivativos	1952	1.265	
Outras Obrigações		2.287.326	2.338.571
Fiscais e previdenciárias	21.	2.116	704.295
Divida subordinada	24a.	840.088	1.306.558
Instrumentos de divida elegiveis a capital	24b.	577.729	326.761
Diversas	23.	867.393	957

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Balanço patrimonial consolidado em 30 de junho Em milhares de reais

		CONSOLIDAD	O PRUDENCIAL
		Junho	Junho
PASSIVO		2017	2016
Resultados de Exercícios Futuros	25.	29.480	29.852
Patrimônio Líquido	26.	741.054	1.198.750
Capital Social		1.699.886	1.554.860
De domiciliados no país		1.699.886	1.554.860
Reservas de capital		24.956	10.77.00.77.77.
Ajustes de avaliação patrimonial		2.473	(1.652)
Prejuízos acumulados		(931.156)	(370.377)
Participação de não controladores			71.024
(-) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)
Total do Passivo		24.109.512	13.115.427

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Demonstrações consolidadas do resultado Semestres findos em 30 de junho Em milhares de reais

		CONSOLID	ADO PRUDENCIAL
		Junho	Junho
	Nota	2017	2016
			Reapresentado
			Nota 2.c.3
Receitas da Intermediação Financeira		1.099.498	624.974
Operações de crédito	28a.	594.417	486.276
Operações de arrendamento mercantil		2.434	4.576
Resultado de títulos e valores mobiliários	28b.	465.068	255.942
Resultado de câmbio	28d.	37.325	(121.959)
Resultado de aplicações compulsórias		89	139
Operações de venda ou de transferências de ativos finan	ceiros	165	*
Despesas da Intermediação Financeira		(1.125.608)	(853.374)
Captação no mercado	28e.	(522.899)	(203.572)
Empréstimos, cessões e repasses	28f.	(143.242)	769.626
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	28c	(158.206)	(1.117.326)
Operações de venda ou de transferências de ativos finan		(788)	(1.111.320)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(300.473)	(302.102)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	_	(26.110)	(228.400)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(295.425)	(195.072)
Receitas de prestação de serviços	=	33.180	28.932
Rendas de tarifas bancarias		2.036	3.481
Despesas de pessoal	28j	(117.922)	(112.563)
Despesas tributárias	281	(17.870)	(13.469)
Resultado de participações em controladas	14.	(550)	3
Outras despesas administrativas	28k	(81.223)	(86.812)
Outras receitas operacionais	28h	52 846	62.518
Outras despesas operacionais	28i	(165.922)	(77.162)
Resultado Operacional	200	(321.535)	(423.472)
Resultado não operacional	28m.	(2.825)	981
Resultado Antes da Tributação e Participações Sob	re o Lucro _	(324.360)	(422.491)
Imposto de renda	27c.	(55.806)	(11.697)
Contribuição social	27c.	(46.366)	(10.558)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	27c.	(137.864)	87.776
Prejuizo Líquido do Semestre	_	(564.396)	(356.970)
Resultado atribuido ao controlador		(564.396)	(362.694)
Resultado atribuido ao não controlador		22	5.724

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

					Reservas de capital				
No	Capital ta social	Aumento de capital	(-) Capital a realizar	Ações em Tesouraria	Āgio na subscrição de ações	Ajustes de avallação patrimonial	Prejuizo acumulado	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.012.810	98	£:	(55.105)	*	(5.010)	(1.218,226)	66.077	800.546
Ajuste de exercícios anteriores	23	0.0	86			1 10	(13.131)		(13 131
Saldos ajustados em 01 de janeiro de 2016	2.012.810	- 64		(55.105)		(5.010)	(1.231,357)	66.077	787.415
Redução de capital	(1 217 950)	-12		76		(2.010)	1 217 950	66.011	101,413
Aumento de capital em espécie	760 000	12	- 5				1211 330		760 000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	12				3 358	-		3.358
Prejuizo líquido do semestre		1.5	- 9			2.334	(356 970)	- 9	(356 970
Participação de não controladores		1.0					1200 310)	4 947	4 947
Saldos em 30 de junho de 2016	1.554.860			(55.105)	<u> </u>	(1.652)	(370.377)	71,024	1.198.750
Mutações do semestre	(457 950)					3 359	860 980	4 947	411.335
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.554.886	145.000	(3.738)	(55.105)	24.956	(1.697)	(305.596)	37.993	1.396.699
Ajuste de exercícios anteriores	10		**			0.00	60,937		(60 937)
Saldos ajustados em 01 de janeiro de 2017	1.554.886	145.000	(3.738)	(55.105)	24,956	(1.597)	(366.533)	37.993	1.335.762
MTM de titulos e valores mobiliários de coligada	is -					(1,031)	(227)	37.333	
Aumento de capital em espécie	145.000	(145 000)	3.738	319			(221)		(227)
Ajustes de avaliação patrimonial	*	*	7075	- 1		4 170	- 9		4 170
Prejuizo líquido do semestre			7.0	0.4		-	(564 396)		(564.396)
Participação de não controladores				(4)			,-34 330)	(37 993)	(37.993)
Saldos em 30 de junho de 2017	1.699.886			(55.105)	24.956	2.473	(931.156)	(37.337)	741.054
Mutações do semestre	145 000	(145 000)	3.738			4 170	(564 623)	(37 993)	(594.708)

As notas explicativas da administração são porte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa (método indireto) em 30 de junho Em milhares de reais

	Junho	ADO PRUDENCIAL Junho
	2017	2016
		Reapresentado
		Nota 2.c.4
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuizo Ajustes ao Lucro Prejuizo	(564.396)	(356.970)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	598.399 300.473	276.079
Depreciações e amortizações	9.926	302.102 10.358
Provisão outras	821	303
Provisão/(reversão) com processos cíveis e trabalhistas	37.159	5.651
Crédito tributário	240.044	(65.521)
Resultado de participações em controladas	550	(3)
(Ganho)/perda na venda de imobilizado	(53)	5
(Ganho) na venda bens não de uso próprio	(1.114)	(2.154)
Amortização de ágio de investimento	5.259	5.259
Superveniência/insuficiência de depreciação	5.334	20.079
Prejuizo Ajustado	34.003	(80.891)
(Aumento)/redução em aplicações inferfinanceiras de liquidez	7.701	(27.417)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instr.fin.deriv.	(400.769)	871.231
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependencias	23.455	(790)
(Aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(62.596)	(635.168)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	(4.852.658)	181.334
(Aumento)/redução em crédito tributário de IR e CS	3.501	(19.507)
Aumento/(redução) em depósitos (Reducão) captações no mercado aberto	522.586	(1.619.291)
Aumento em outras obrigações	(2.666.534) 4.841.035	(377.229)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.214)	(19.354)
Aumento/(redução) em resultado de exercicios futuros	(1.517)	745
Caixa Liquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(2.570.007)	(1.734.457)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos :		
Redução em títulos e valores mobiliários	18.478	(6.180)
Alienação de bens não de uso próprio	18.137	7.729
Alienação de investimentos	100	· ·
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	36.642	50,367
Aquisição de bens não de uso próprio	(32.702)	(13.138)
Aquisição de investimentos  Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	(1.851)	/C /00\
Aplicação no intangivel	(2.278) (2.780)	(6.480)
r spicação no intengrer	(2.700)	(2.185)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	33.746	30.113
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	955 LL 81	
(Redução) em recursos de emissão de títulos	(61.088)	(23.115)
Aumento/(redução) em obrigações p/empréstimos e repasses	(31.183)	562.274
Aumento/(redução) em dividas subordinadas	38.963	(189.289)
Aumento/(redução) em instrumento de divida elegíveis a capital Participação de não controladores	17.803 (37.993)	(70.765) 4.947
Aumento de capital	3.738	760.000
Caixa Liquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(69.760)	1.044.052
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.606.021)	(660.292)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	3.821.353	724.977
Saldo final de caixa e equivalentes	1.215.332	64.685
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.606.021)	(660.292)
neunyao de Caixa e Equivalentes de Caixa	[2.000.021]	[000.232]

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil, anterior Banco Industrial e Comercial S.A. – BICBANCO, ("Companhia", "Instituição", "Múltiplo" ou "Banco") constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) ("Controlador"), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil, assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

A partir da transferência do controle acionário, as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas em contexto operacional integrado com seu novo Controlador, o Grupo CCB, sediado na República Popular da China, e, respeitada a regulamentação brasileira, de lá emanam as diretrizes que orientam a formulação das políticas internas, das políticas contábeis e as práticas operacionais e de negócios. Para tanto, a administração, implementou um conjunto de medidas para adequar o Banco e suas subsidiárias às novas políticas de condução dos negócios vis-à-vis ao cenário econômico brasileiro. Essas ações, cujas principais estão descritas abaixo, estão alinhadas às premissas de realização dos créditos tributários (nota explicativa nº 28), as quais podem assim serem resumidas:

- Equacionamento e melhoria dos custos de captação, com a obtenção de linhas de crédito, das quais, foram captados junto ao controlador no exterior o montante da ordem de US\$ 2 bilhões, com possibilidade de acesso a um crédito adicional de US\$ 1 bilhão;
- b) Captações externas efetivadas através da emissão de títulos no exterior, sendo:
  - . Bônus Perpétuo no montante de US\$ 70 milhões, emitidos em 29 de dezembro de 2016 elegíveis a composição do Patrimônio de Referência de nível I, e
  - . Dívida subordinada de 10 anos, no montante de US\$ 100 milhões emitidos em 30 de setembro de 2015, para integrar o Patrimônio de Referência nível II;
- c) Aumentos do capital social em 2016:
  - . R\$ 760 milhões integralizados em abril de 2016, e
  - R\$ 145 milhões integralizados em dezembro de 2016;
- d) Aumento nas receitas de prestação de serviços, consistente com o novo perfil de negócios internacionais do Banco e o desenvolvimento de produtos e serviços para atendimento a clientes estratégicos;

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

- e) Aprimoramento nos processos voltados a recuperações de créditos, e possível realização de outras operações de securitização até o final de 2017;
- f) Vinculação de operações de créditos a empréstimos segundo a Resolução CMN nº 2.921/02;
- Redução dos custos administrativos e operacionais pela adequação da estrutura aos níveis operacionais praticados;
- h) Investimento no desenvolvimento de produtos com suporte tecnológico; e
- Aumento de capital no montante de R\$ 1,2 bilhão, conforme nota 34 Evento Subsequente.

As medidas listadas atenderão o objetivo de recomposição gradual do resultado da intermediação financeira e consequente retomada de resultados operacionais positivos e resultados tributáveis, bem como a apuração de maiores margens e cumprimento dos limites operacionais mínimos de capitalização, o qual repousará sobre a premissa básica do reenquadramento e manutenção de adequada capitalização da Companhia por parte do controlador.

#### 2. APRESENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A – CCB Brasil foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31/10/2013 e Circular nº 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas as quais estão disponíveis no seu site em Relações com Investidores.

#### b) Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º e 4º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do CMN, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A – CCB Brasil, incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior, as empresas controladas direta ou indiretamente, os fundos de investimentos em direitos creditórios – FIDC's e proporcionalmente o Empreendimento Controlado em conjunto.

Em 30 de junho de 2017 o Conglomerado Prudencial é composto pelo Banco e as empresas controladas (conforme quadro abaixo):

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Controladas - conforme Artigo 1º da Resolução nº 4.280	% de participação
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100

Em 30 de junho de 2016 o Conglomerado Prudencial era composto pelo Banco, empresas controladas (conforme quadro acima) e pelo investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*) – BRASILFactors S.A. ("BRASILFactors") sendo o percentual de participação de 50%.

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma joint venture, que tinha como acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation – IFC (20%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A. para 50% cada, o controle permaneceu compartilhado. As atividades principais da BRASILFactors são voltadas aos serviços de factoring e forfaiting, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

Após a edição da Resolução nº 4.517, de 24 de agosto de 2016, do CMN, que alterou o artigo 5º da Resolução nº 4.280, a BRASILFactors, passou a ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial, sendo assim, a partir de janeiro de 2017, não compõe mais o saldo do Consolidado Prudencial. Em 30 de junho de 2016 a BrasilFactors e o fundo de investimento da BrasilFactors apresentavam os seguintes saldos incluídos no Conglomerado Prudencial:

Empresa	% Participação	<u>Ativo</u>	Passivo	Resultado	Participação de não controladores
BrasilFactors	50	31.782	28.713	(1.356)	<u>-</u>
FIDC BrasilFactors (*)	100	153.954	456	11.449	37.993
<u>Total</u>		185.736	29.169	10.093	37.993

(\*) Artigo 4º da Resolução nº 4.280/13 do CMN

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

#### c) Reapresentação de cifras comparativas - Correção de erro

No primeiro semestre de 2017, a Administração identificou ajuste de exercícios anteriores, relacionados ao critério de amortização do ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros, registrado nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, decorrente da aquisição da subsidiária CCB Brasil Financeira ocorrida no primeiro semestre de 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

O referido ajuste considerou a amortização do ágio de forma linear pelo período de 10 anos, a partir da data de aquisição do referido investimento.

Os valores dos ajustes efetuados pelo Banco, nos saldos consolidados foram: (i) em 30 de junho de 2016 totalizam uma amortização adicional ao saldo do ágio de R\$ 29.811 mil, sendo R\$ 16.680 mil de despesa referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016 e R\$ 13.131 mil referente à exercícios anteriores, e (ii) amortização acumulada adicional relativa ao saldo de abertura de 1º. de janeiro de 2017 de R\$ 60.937 mil sendo apresentada como "Ajuste de exercícios anteriores" nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do semestre findo em 30 de junho de 2016, apresentadas para fins de comparação, o balanço de abertura de 1º de janeiro de 2016 e o patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2017, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Segue abaixo, um resumo do referido ajuste:

#### c.1) Balanço Patrimonial - 30 de junho de 2016

ATIVO	30/06/2016 Original	Ajuste	30/06/2016 Reapresentado
Circulante	7.122.657	0.00	7.122.657
Realizável a Longo Prazo	5.696.542		5.696.542
Permanente	326.039	(29.811)	296.228
Investimentos	1.584	( <b>*</b>	1.584
Imobilizado de Uso	107.583	•	107.583
Imobilizado de Arrendamento	135.831	5 <b>=</b> 9	135.831
Intangivel	74.331	(29.811)	44.520
Diferido	6.710		6.710
Total do Ativo	13.145.238	(29.811)	13.115.427
PASSIVO			
Circulante	8.773.079		8.773.079
Exigível a Longo Prazo	3.113.746		3.113.746
Resultados de Exercícios Futuros	29.852		29.852
Patrimônio Líquido	1.228.561	(29.811)	1.198.750
Capital Social	1.554.860	-	1.554.860
De domiciliados no país	1.554.860		1.554.860
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.652)	-	(1.652)
Prejuizos acumulados	(340.566)	(29.811)	(370.377)
Participação de não controladores	71.024	V	71.024
(-) Ações em tesouraria	(55.105)	10 <del>7</del> .)	(55.105)
Total do Passivo	13.145.238	(29.811)	13.115.427

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### c.2) Balanço Patrimonial – 1º de janeiro de 2016

ATIVO	31/12/2015 Original	Ajuste	31/12/2015 Reapresentado
Circulante	8.595.717		8.595.717
Realizável a Longo Prazo	5.212.355		5.212.355
Permanente	386.761	(13.131)	373.630
Investimentos Imobilizado de Uso Imobilizado de Arrendamento Intangivel Diferido  Total do Ativo	1.581 114.403 203.668 62.235 4.874 14.194.833	(13.131)	1.581 114.403 203.668 49.104 4.874 14.181.702
PASSIVO			
Circulante	9.531.802		9.531.802
Exigível a Longo Prazo	3.833.378	-	3.833.378
Resultados de Exercícios Futuros	29.107		29.107
Patrimônio Líquido	800.546	(13.131)	787.415
Capital Social  De domiciliados no país Ajustes de avaliação patrimonial Prejuízos acumulados Participação de não controladores (-) Ações em tesouraria	2.012.810 2.012.810 (5.010) (1.218.226) 66.077 (55.105)	(13.131)	2.012.810 2.012.810 (5.010) (1.231.357) 66.077 (55.105)
Total do Passivo	14.194.833	(13.131)	14.181.702

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### c.3) Demonstração do Resultado - 30 de junho de 2016

	30/06/2016 Original	_Ajuste_	30/06/2016 Reapresentado
Resultado bruto da intermediação financeira	(228.400)		(228.400)
Outras receitas (despesas) operacionais Receitas de prestação de serviços	(178.392)	(16.680)	(195.072)
Rendas de tarifas bancarias	28.932	-	28.932
Despesas de pessoal	3.481	-	3.481
Despesas tributárias	(112.563)	-	(112.563)
Resultado de participações em controladas	(13.469)	-	(13.469)
Outras despesas administrativas		/E 050) /3	3
Outras receitas operacionais	(81.553) 97.331	(5.259) (i)	
Outras despesas operacionais		(11.421) (ii)	
Outras despesas operacionais	(100.554)	-	(100.554)
Resultado operacional	(406.792)	(16.680)	(423.472)
Resultado não operacional	981	8	981
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(405.811)	_(16.680)	(422.491)
Imposto de renda	(11.697)	¥	(11.697)
Contribuição social	(10.558)	-	(10.558)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	87.776		87.776
Prejuízo do semestre	(340.290)	(16.680)	(356.970)

- (i) Refere-se ao reconhecimento da despesa de amortização do ágio do primeiro semestre de 30 de junho de 2016, conforme nota explicativa 12c.2;
- (ii) Refere-se ao ajuste decorrente da reversão de receita da amortização do ágio, anteriormente reconhecida nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016.

#### c.4) Demonstração do Fluxo de Caixa - 30 de junho de 2016

A reapresentação dos saldos comparativos não gerou impacto nos fluxos de caixa operacional, investimento e financiamento.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

#### c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratarem na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.524/16 do BACEN em Reais, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registados em contrapartida ao resultado do período.

#### d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

#### e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

#### e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

- Títulos para negociação títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento títulos e valores mobiliários, em que a
  Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção
  em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos
  dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

#### e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

#### e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7e — Composição da carteira por níveis de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

#### e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, consequentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

#### e.6) Outros valores e bens - Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, comissões pagas a

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

correspondentes bancários, por conta da manutenção de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, de forma linear pelo prazo máximo de 36 meses, contados a partir de seu registro ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo. As comissões nomeadas como Custos de Originação, são reconhecidas a partir de 2017, integralmente no resultado do exercício.

#### e.7) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

#### f) Permanente

- **f.1)** Os investimentos das controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.
- f.2) Conforme previsto na Resolução nº 4.535, de 24/11/2016, do CMN, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da Instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos na data de aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.
- **f.3)** Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.
- **f.4)** O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88. Consequentemente, visando atender ao regime de competência, foi reconhecido no resultado do 1º semestre de 2016 uma insuficiência de depreciação no montante de R\$ 5.334 (Junho/16 R\$ 20.079) equivalente ao ajuste a efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 8.462 (Junho/16 R\$ 14.988), resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 1.333 (Junho/16 R\$ 5.020). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrados na rubrica "Outros Créditos Diversos".

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução de 30% são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

	%
Aeronaves	10
Edificações	4
Veículos	20
Máquinas e equipamentos	10

- Perdas em Arrendamento Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuados aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.
- Superveniência (insuficiência) de depreciação Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.
- **f.4)** O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.534/16 do BACEN.

#### g) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em "Outros Créditos – Diversos".

#### h) Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº. 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22).

**Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

#### i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do CMN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.
- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

### 4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

#### a) Disponibilidades

	Junho/17	Junho/16
Caixa	539	1.558
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	423.522	57.655
Total	424.061	59.213

#### b) Aplicações no mercado aberto

Vencimento	Junho/17	Junho/16
Até 30 dias	783.994	16
Total	783.994	16

#### c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Junho/17	Junho/16
Até 30 dias	2.116	2.137
De 31 a 90 dias	2.463	3.605
De 91 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	986	48.384
Total	5.565	54.126

#### d) Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	Junho/17	Junho/16
Até 30 dias	7.278	5.456
Total	7.278	5.456

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

### b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	Sem vencto.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos para negociação (*)		33		4.017.878	4.017.911	4.020.057	4.017.911
Carteira própria	-	33	·	1.137.938	1.137.971	1.138.479	1.137.971
Letras Financeiras Tesouro	-			1.137.938	1.137.938	1.138.447	1.137.938
Notas do Tesouro Nacional - C	-	33	,	-	33	32	33
Vinculados a operações compromissadas				2.484.891	2.484.891	2.486.342	2.484.891
Letras Financeiras Tesouro	2		_	2.484.891	2.484.891	2.486.342	2.484.891
Vinculados a prestação de garantias (**)				395.049	395.049	395.236	395.049
Letras Financeiras Tesouro	2	-		395.049	395.049	395.236	395.049
Títulos disponíveis para venda				2.787.151	2.787.151	2.783.029	2.787.151
Carteira própria			-	881.506	881.506	880.268	881.506
Letras Financeiras Tesouro	22	_		826.583	826.583	825.360	826.583
Notas do Tesouro Nacional - B	-	_		54.923	54.923	54.908	54.923
Vinculados a compromissadas		-	_	1.895.160	1.895.160	1.892.273	1.895.160
Letras Financeiras Tesouro	2	_	_	1.895.160	1.895.160	1.892.273	1.895.160
Vinculados a prestação de garantias (**)		_	-	10.485	10.485	10.488	10.485
Letras Financeiras Tesouro	<u>=</u>	-	_	10.485	10.485	10.488	10.485
Títulos mantidos até o vencimento			17.034	1.235.302	1.252.336	1.252.336	1.295.417
Carteira própria	-	-	17.034	1.235.302	1.252.336	1.252.336	1.295.417
Cotas - FIDC	2	-	17.034		17.034	17.034	17.034
Global Bonds	-	-	-	1.235.302	1.235.302	1.235.302	1.278.383
Total Junho/17		33	17.034	8.040.331	8.057.398	8.055.422	8.100.479

<sup>(\*)</sup> Os títulos para negociação com vencimento acima de um ano, estão classificados no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, de acordo com a Circular 3.068/01 do BACEN.

<sup>(\*\*)</sup> Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 405.534 (Junho/16 – R\$ 695.870) sendo que o montante de R\$ 380.576 (Junho/16 – R\$ 547.155) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6g.

	Sem vencto.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo	Valor de mercado
Títulos para negociação (*)	2.170	155		3.525.307	3.527.633	3.528.243	3.527.478
Carteira própria	2.170	155		1.529.436	1.531.761	1.531.037	1.531.606
Letras Financeiras	-	.=	-	1.529.403	1.529.403	1.531.004	1.529.403

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Tesouro	1	Ĭ	1	ĺ	i	Ī	
Notas do Tesouro Nacional - B		155			155	155	155
Notas do Tesouro Nacional - C	-	-	-	33	33	32	33
Ações	2.170	-	520		2.170	1	2.170
Vinculados a operações compromissadas	2	-		1.308.286	1.308.286	1.309.194	1.308.286
Letras Financeiras Tesouro	-	-	_	1.308.286	1.308.286	1.309.194	1.308.286
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-		687.586	687.586	688.012	687.586
Letras Financeiras Tesouro	_	_	-	687.586	687.586	688.012	687.586
Títulos disponíveis para venda		261.249	•	60.251	321.500	324.505	321.500
Carteira própria	-	261.249	-	34.580	295.829	298.326	295.829
Notas do Tesouro Nacional - B	-	261.249	-	34.580	295.829	298.326	295.829
Vinculados a compromissadas	_	-	_	17.387	17.387	17.890	17.387
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	-	17.387	17.387	17.890	17.387
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	_	8.284	8.284	8.289	8.284
Letras Financeiras Tesouro	=	_	-	8.284	8.284	8.289	8.284
Títulos mantidos até o vencimento		89.233		50.813	140.046	140.046	199.874
Carteira própria	=	89.233	-	50.813	140.046	140.046	199.874
Notas do Tesouro Nacional - B	-	89.233	-		89.233	89.233	88.559
Cotas - FIDC	-	-	-	50.813	50.813	50.813	50.813
Total Junho/16	2.170	350.637	-	3.636.372	3.989.179	3.992.795	4.048.852

<sup>(\*)</sup> Os títulos para negociação com vencimento acima de um ano, estão classificados no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, de acordo com a Circular 3.068/01 do BACEN.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço. O valor de mercado dos Global Bonds foi apurado com base no mercado secundário (Bloomberg).

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

<sup>(\*\*)</sup> Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 695.870 (Junho/15 - R\$ 212.884) sendo que o montante de R\$ 547.155 (Junho/15 - R\$ 137.966) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6b.6.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 6. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Política de utilização

Em função da Regra *Volcker* aplicável ao Grupo CCB globalmente mantiveram-se suspensas as operações da carteira *trading* do CCB Brasil. Durante o primeiro semestre o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade, o Banco utiliza operações com derivativos, objeto de *hedge*, proteção do fluxo de caixa e mitigação da variabilidade das exposições.

Assim, os derivativos negociados no período foram adquiridos para duas funções básicas:

**Trading** - como instrumento de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.

Hedge - para realização de hedge de portfólio estrutural.

Os derivativos que compunham a carteira de negociação ou *Trading Book* foram liquidados. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* vigentes em 30 de junho de 2017, foram bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não havia posicionamento direcional que viesse a ser admitido além dos definidos pela Política.

As operações com clientes que outrora compunham a carteira trading são, desde que atendam os pré-requisitos regulamentares, registradas na carteira banking e são imediatamente avaliadas as condições de hedge com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

Desta forma, a carteira de negociação — trading — é composta por títulos públicos, e eventualmente por recursos captados via operações compromissadas. A carteira banking é composta, majoritariamente, por operações de créditos (incluindo-se os créditos diretos ao consumidor e capital de giro) e captações (majoritariamente depósitos a prazo, e captações internacionais). Destaca-se que essas carteiras apresentam como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento. Para as operações classificadas na Carteira Bancária (de não negociação), a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco.

#### b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF e Mercado Futuro para fins de hedge de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimo em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de hedge econômico e contábil quando aplicável para essas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### c) Proteção do Portfolio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando a relação de duration entre os vencimentos dos contratos futuros de DI e o duration do portfólio de crédito, uma vez que os contratos de futuros da B3 com vencimentos mais longos não estão abertos para negociação, ou não tem liquidez no mercado. Desta forma, adota-se a estratégia de adquirir vencimentos mais líquidos e compensar o gap por quantidades de contratos para ajustar e se encontrar o valor justo do objeto de hedge. Tendo em vista que o portfolio de crédito, objeto do hedge, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, a designação do fair value hedge dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do hedge é avaliada trimestralmente e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A substituição dos contratos futuros de DI é periódica, conforme identificada a abertura de novos contratos futuros e detectada sua liquidez. A Tesouraria do banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge. O objetivo é garantir uma efetividade do hedge no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do Layer protegido, objeto de hedge designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

#### d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

### e) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2017 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE (para a carteira *banking* e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

### f) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Normalmente, os preços cotados em bolsa são os melhores parâmetros de valor justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de apreçamento. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- · Futuros e Termo: cotações em bolsas;
- Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;

 Opções: modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço spot da mercadoria.

#### g) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2017), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 28.c.

As operações em aberto em 30 de junho de 2017 apresentam as seguintes características:

					Valor	de referência		
			Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total		
Contratos de Swap								
Mercado Interfinanceiro	1.942	49.990	(467.918)	(1.920.612)	(274.859)	(2.663.389)		
Moeda Estrangeira	346.696	1.133	505.938	1.914.044	274.859	2.694.841		
Pré	1.670	5.192	(38.020)	6.568	2	(31.452)		
Subtotal	350.308	<u>56.315</u>	-	-	-			
Ajuste ao Valor de Mercado	12.085	958	-	-	280	-		
Total	362.393	57.273	-	-	-	-		
Contratos de Termo/NDF								
Compra de Termo/NDF	68	557	10.022	4.299		14.321		
Venda de Termo/NDF	1.162	1.118	(13.791)	(40.658)	(11.324)	(65.773)		
Subtotal	1.230	1.675	-	-	-	-		
Total	363.623	58.948	-	-	-			
Contratos Futuros(*)								

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total	<u>843</u>	<u>5.774</u>	-	-	-	-
to the second se	-	505	(721.717)	-	) <del>=</del> 1	(721.717)
Venda – Moeda Estrangeira		-	2.495	-	-	2.495
Compra – Moeda Estrangeira				1.201.001	11.200	1.013.093
Compra – DDI – Cupom Cambial	843	-	368.065	1.234.331	11,299	1.613.695
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	5.269	(34.431)	(1.347.024)	(1.974.333)	(3.355.789)
Compra – Mercado Interfinanceiro	-	-	-	10.060	-	10.060

<sup>(\*)</sup> O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações em aberto em 30 de junho de 2016 apresentam as seguintes características:

					Valor	de referência
			Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)			
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap						
Mercado Interfinanceiro	6.556	296.857	(1.439.177)	(4.852)	(339.244)	(1.783.273)
Moeda Estrangeira	369.832	-	1.439.177	4.852	339.244	1.783.273
Subtotal	376.388	296.857	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(15.698)	(5.899)		-	_	-
Total	360.690	290.958		-		-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	-	246	-	4.526	:=:	4.526
Venda de Termo/NDF	8.932	-		(57.454)	-	(57.454)
Subtotal	8.932	246	-	-	-	
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	-	.=:	D=0	-	144.414	144.414
Subtotal	-					
Total	369.622	291.204	-	-	72	
Contratos Futuros(*)						
Venda – Mercado Interfinanceiro	1.143	376	(180.094)	(4.089.341)	(804.423)	(5.073.858)
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	18.060	8.020	2.330.269	-	2.338.289
Compra – Moeda Estrangeira	-	3	225	-	_	225
Venda – Moeda Estrangeira	3.516	7	(377.363)		-	(377.363)
Total	4.659	18.446	_	=	-	-

<sup>(\*)</sup> O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações de "swap" e "NDF" encontram-se registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de "mercado futuro" encontram-se registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2.50	Junho/17		Junho/16	
Título	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
L.F.T	01/03/2019	9.678	9.678	85.759	85.759
L.F.T	01/03/2020	6.053	6.053	2.196	2.196
L.F.T	01/09/2020	364.845	364.845	453.842	453.842
L.F.T	01/09/2021	_		5.358	5.358
Total		380.576	380.576	547.155	547.155

#### h) Hedge accounting

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como hedge accounting de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do BACEN.

O Banco e a Financeira detêm portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas préfixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de risco de mercado registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de junho de 2017 a estrutura de hedge accounting está representada da seguinte forma:

	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (**)
Hedge de captações no exterior	4.005.845	4.884	4.004.103	(6.843)
Hedge da carteira de varejo	3.276.980	(52.982)	2.525.430	53.588

<sup>(\*)</sup> Registrado na rubrica Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 30 de junho de 2016 a estrutura de hedge accounting está representada da seguinte forma:

	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (**)
Hedge de captações no exterior	3.542.560	11.706	3.556.882	10.779

<sup>(\*)</sup> Registrado na rubrica Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos.

<sup>(\*\*)</sup> Registrado nas rubricas Obrigações por Empréstimos no Exterior e Operações de Crédito .

<sup>(\*\*)</sup> Registrado na rubrica Obrigações por Empréstimos no Exterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

### 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Junho/17	Junho/16
Capital de giro e descontos	1.300.352	1.704.478
Contas garantidas	7.751	11.025
Crédito pessoal consignado	2.364.656	1.343.560
Cheque Empresarial	277	1.010.000
Financiamentos à importação	1.870.419	1.449.795
Financiamentos à exportação	249.042	207.768
Financiamentos rurais e agroindustriais	73.833	23.798
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.014	2.100
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	7.210	16.787
Resolução nº 3.844 – repasses	-	9.796
Crédito a pessoas físicas	308.143	283.358
Outros	453.798	312.634
Operações de crédito	6.637.495	5.365.099
Fianças honradas	25.424	26.954
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	85.641	92.256
Títulos e créditos a receber (nota 10)	4.625	72.567
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	385.647	594.213
Outros créditos	501.337	785.990
Operações de arrendamento mercantil	39.715	76.519
Total (**)	7.178.547	6.227.609

<sup>(\*)</sup> As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".

#### b) Diversificação por setor de atividade

	Junho/17	Junho/16	
Setor Público	15.425	42.028	
Setor Privado	4.393.993	4.403.981	
Agronegócio	131.329	293.636	
Indústria	1.838.280	2.209.747	
Intermediários financeiros	1.188	11.680	
Outros serviços	1.856.115	1.378.030	
Pessoas físicas (*)	2.769.129	1.726.771	

<sup>(\*\*)</sup> Do total das operações de crédito, o montante de R\$ 669.113 (Junho/16 – ), referem-se a operações ativas vinculadas à recursos captados, conforme Resolução nº 2.921/02 do BACEN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

7 178 547	6.227.609
	7.178.547

<sup>(\*)</sup> As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 7g1) tiveram como destino a CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do CCB Brasil, que concentra as operações às pessoas físicas.

### c) Diversificação por prazos - por parcela

	Junho/17	%	Junho/16	%
Setor Público				
Até 03 meses	3.050	0,04	13.539	0,22
De 03 meses até 01 ano	9.034	0,13	13.412	0,22
Acima de 01 ano	3.341	0,05	15.077	0,24
Setor Privado				
Até 03 meses	1.060.748	14,78	1.003.722	16,12
De 03 meses até 01 ano	2.208.544	30,76	2.062.033	33,11
Acima de 01 ano	3.688.056	51,37	2.847.412	45.72
Vencidos a partir de 15 dias	205.774	2,87	272.414	4,37
Total	7.178.547	100,00	6.227.609	Comment Trees

#### d) Níveis de concentração de risco

			Junho/16	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor individual	396.722	5,53	386.207	6,26
10 Maiores devedores	1.700.602	23,37	1.252.842	20,30
20 Maiores devedores	2.229.352	30,15	1.726.344	27,97
50 Maiores devedores	3.015.782	40,59	2.577.714	41,76
100 Maiores devedores	3.661.446	49,18	3.225.506	52,25
Maior devedor grupo econômico	514.231	7,16	386.207	6,26

#### e) Composição da carteira por níveis de risco

		Junho/17		Junho/16		
Nível de risco	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	1.089.455	320	15,19	1.242.495	-	19,94
Α	3.357.133	16.785	46,83	2.320.243	11.667	37,26
В	976.703	9.767	13,63	609.542	6.095	9,79
С	556.499	16.695	7,76	790.777	23.723	12,70
D	156.987	15.699	2,19	374.656	37.466	6,02
Е	444.466	133.340	4,52	373.110	111.933	5,99
F	183.896	91.948	4,11	185.874	92.937	2,98

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total	<u>7.178.547</u>	<u>670.175</u>	100,00	6.227.609	580.608	100,00
Н	321.854	321.854	4,49	217.161	217.161	3,49
G	91.554	64.087	1,28	113.751	79.626	1,83

#### f) Cessão de crédito interbancário

No semestre findo em 30 de junho de 2017 o CCB Brasil não efetuou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de credito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões efetuadas no 1º semestre de 2016 foram classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" pelo valor presente de R\$ 419.599, e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão foi de R\$ 449.036. O resultado em 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 43.240 está sendo reconhecido na cedente "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. No semestre findo em 30 de junho de 2016 o estoque de cessões gerou despesa no montante de R\$ 56.748 (Junho/16 – R\$ 56.151). As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

#### g) Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	Junho /17	Junho/16
Arrendamento a receber	30.426	63.889
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(29.452)	(62.831)
Bens arrendados	176.573	305.471
Superveniência de depreciação	8.462	14.988
Depreciação de bens arrendados	(107.472)	(184.628)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	3.749	6.711
Valor residual antecipado	(42.571)	(67.081)
Total carteira de arrendamento mercantil	39.715	76.519

#### 8. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

#### Movimentação da provisão

	Junho/17	Junho/16
Saldo inicial - Dezembro	498.319	889.095
Reconstituição da provisão para créditos incluídos na cessão de créditos baixados para prejuízo	1.148	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Constituição do exercício (*)	334.867	323.639
Reversão do exercício (*)	(33.245)	(21.537)
Reversão para desconstituição da provisão sobre créditos cedidos (*)	(1.148)	(21.007)
Subtotal	799.941	1.191.197
Baixas	(129.766)	(610.589)
Saldo final - Junho	670.175	580.608
Recuperação de créditos lançados a prejuízo	34.349	71.114
Créditos renegociados no período	108.546	70.164
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	9,34	9,32

Em 30 de junho de 2017 foi incluída a reconstituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, retornando ao ativo do Banco aquele montante em contrapartida da carteira de crédito, a fim de reconhecer os efeitos decorrentes de cessão de crédito para securitizadora de crédito.

### 9. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Junho/17	Junho/16
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	5.222.645	531.113
Direitos sobre vendas de câmbio	200.948	9.004
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(13.080)	
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	9.020	10.302
Total	5.419.533	550.419
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	578.810	7.611
Obrigações por compras de câmbio	4.833.908	592.915
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(376.627)	(583.911)
Valores em moeda estrangeira a pagar	3.809	
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	22	-
Total	5.039.922	16.615

#### 10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Junho/17	Junho/16
Adiantamentos e antecipações salariais	4.830	5.001
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.576	2.355
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao BACEN	4.894	3.042
Devedores por compra de bens a prazo	85.641	92.256
Devedores por depósitos em garantia	473.003	394.858
Tributos a compensar e recuperar (*)	74.597	69.020
Pagamentos a ressarcir	37.607	16.455
Títulos e créditos a receber (**)	50.430	128.831
Devedores diversos – país	27.581	94.203
Total	<u>762.159</u>	806.021

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

(\*) Contempla: R\$ 38.222 (Junho/16 – R\$ 38.222) de IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, R\$ 265 (Junho/16 – R\$ 232) de IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio e tributos retidos por órgãos públicos. A compensação do IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, ocorreu de forma regular até o exercício de 2011. Com o objetivo de garantir e acelerar a compensação do referido IRRF, a Administração tem empreendido alterações em sua estratégia de negócios, incrementando a geração de resultados elegíveis àquela compensação, conforme evidenciado no estudo técnico.

(\*\*) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e benefícios.

#### 11. OUTROS VALORES E BENS

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	Junho/17	Junho/16
Imóveis	335.543	303.141
Veículos e afins	16.105	16.755
Máquinas e equipamentos	26.692	26.574
Material em estoque	91	60
Outros	821	555
Subtotal	379.252	347.085
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(96.321)	(78.131)
Total	282.931	268.954

#### 12. ATIVO PERMANENTE

#### a) Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas na nota 14.

#### b) Imobilizado de uso

	Taxas Depre ciação %	Cus	sto	Provisã per	CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF	Deprec acumu	155	Valor lí	quido
		Jun/17	Jun/16	Jun/17	Jun/16	Jun/17	Jun/16	Jun/17	Jun/16
Terrenos	-	3.259	3.913	-	-		- I	3.259	3.913
Edificações	4	155.073	164.775	_	-	(90.380)	(71.318)	64.693	93.457
Instalações	10	2.808	1.924	-	-	(325)	(1.563)	2.483	361
Máquinas e equipamentos de uso	10	16.231	17.066	(769)	(984)	(9.570)	(9.201)	5.892	6.881
Sistema de processamento de dados	20	12.538	12.685	(67)	(82)	(12.022)	(12.086)	449	517

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Sistema de transporte	20	994	1.256	-1	122	(697)	(707)	297	549
Sistema de comunicação	10	2.422	2.221	32	-	(1.220)	(1.012)	1.202	1.209
Sistema de segurança	10	1.456	1.478	(38)	(51)	(825)	(731)	593	696
Outras imobilizações em curso		675	-	-	-	-	- (10.)	675	030
Total		195.456	205.318	(874)	(1.117)	(115.039)	(96.618)	79.543	107.583

#### c) Ativos intangíveis

c.1) Classe dos ativos intangíveis – Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Taxas de	Custo		Custo Amortização acumulada		Valor líquido	
	amortiza ção %	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16
Softwares	20	17.193	12.909	(12.573)	(9.588)	4.620	3.321
Ágio (*)	10	105.190	105.190	(74.510)	(63.991)	30.680	41.199
Total		122.383	118.099	(87.083)	(73.579)	35.300	44.520

#### c.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dezembro/16	Adições	Baixas	Junho/17
Softwares	3.286	2.789	(1.455)	4.620
Ágio (*)	35.939	-	(5.259)	30.680
Total	39.225	2.789	(6.714)	35.300

<sup>(\*)</sup> Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, amortizado de forma linear pelo mesmo período.

#### d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a administração efetuou teste de valor recuperável dos seus ativos, e foi constituído provisão para perda no montante de R\$ 874 (Junho/2016 – R\$ 1.117), de itens do ativo imobilizado que apresentaram indícios de perda no valor recuperável.

#### 13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 283.101 (Junho/16 – R\$ 236.089) e ativos totais de R\$ 7.966.697 (Junho/16

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

 R\$ 1.881.467). Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação, divulgados pelo BACEN.

### 14.PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS NO PAÍS – CCB BRASIL MÚLTIPLO

As principais informações das sociedades controladas diretas são assim demonstradas:

	1					Junho/17	Junho/16
Nome da empresa	Número ações/cotas possuídas	%participação	Patrimônio Iíquido	Lucro/(prejuízo) líquido	Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil							
Arrendamento		1					
Mercantil S.A.	180.920.168	100%	254.474	6.004	6.004	254.474	238.139
CCB Brasil		2			3.55.	20 1.11	200.100
Distribuidora de		1					
Títulos e Valores		1				10	
Mobiliários S. A.	14.223.228	100%	20.242	406	406	20.242	19.167
CCB Brasil				100	100	20.272	13.107
Administradora de							
Cartões de Crédito							
Ltda.	3.670.000	100%	13.943	394	394	13.943	12.861
CCB Brasil S.A			,,,,,,	001	004	10.540	12.001
CFI (*)	116.405.774	100%	92.502	(987)	(987)	123.182	160.555
Total			381.161	5.817	5.817	411.841	430.722

<sup>(\*)</sup> No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 30.680 (Junho/16 – R\$ 41.199), apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira.

### 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

Ativos / (passivos)		Receitas / (d	lespesas)	
Junho/17	Junho/16	Junho/17	Junho/16	
2.150.878	1.650.055	154.485	90.603	
2.150.878	1.630.443	154.485	89.611	
-	19.612	(=)	992	
16.922	76.749	1.937	8.022	
16.922	76.749	1.937	8.022	
	Junho/17 2.150.878 2.150.878	Junho/17 Junho/16 2.150.878 1.650.055 2.150.878 1.630.443 - 19.612 16.922 76.749	Junho/17         Junho/16         Junho/17           2.150.878         1.650.055         154.485           2.150.878         1.630.443         154.485           -         19.612         -           16.922         76.749         1.937	

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Operações de Cessão de Crédito		419.599	71.511	71.336
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	419.599	71.511	71.336
Depósitos à vista	(1.267)	(2.281)		
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(22)		-	
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(69)	(16)	) <del>-</del>	
CCB Brasil Informática S.A. (a)		(88)	-	
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(2)	(1)	-	
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(298)	(1.244)	-	
Pessoal-chave da Administração (c)	(525) (351)	(688)		
Depósitos interfinanceiros	(100 100)			
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(189.407)	Ķ <del>.</del>	(10.184)	
	(20.652)	-	(1.152)	
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a) CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(168.755)	-	(9.018)	-
a control of the cont		-	(14)	-
Depósitos a prazo	(69.574)	(137.842)	(54.910)	(7.704)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	-	(101.042)	(04.010)	(65)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	-			(87)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(711)	(693)	(34)	
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	(11.417)	(23.318)	(810)	(48)
BRASILFactors S.A. (a)	(1.960)	(3.929)	(176)	(2.043)
FIDC BRASILFactors (b)	(2.697)	(61.902)	(1.380)	(569)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(52.464)	(47.900)	(52.464)	(1.467)
Pessoal-chave da Administração (c)	(325)	(100)	(46)	(3.418)
Operações compromissadas				
	(167.620)	(188.670)	(5.663)	(10.742)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(59.750)	(171.320)	(3.156)	(9.910)
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(107.870)	(17.350)	(2.507)	(832)
LCA	(547)	(1.383)	(67)	(101)
Pessoal-chave da Administração (c)	(547)	(1.383)	(67)	(101)
LCI	(578)	(2.495)	(25)	(150)
Pessoal-chave da Administração (c)	(578)	(2.495)	(25)	(150)
NDF	-	(390)	-	6.251
BRASILFactors S.A. (a)	-	(390)	-	6.251
Obrigações por Empréstimos	(6.898.009)	(4.595.729)	(428.419)	(134.419
China Construction Bank Corporation (d)	(6.898.009)	(4.595.729)	(428.419)	(134.419)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(577.729)	(326.761)	(18.148)	(5.373
China Construction Bank Corporation (d)	(577.729)	(326.761)	(18.148)	(5.373

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Prestação de serviços	(1)	(1)	(6)	(6)
CB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(1)	(1)	(6)	(6)
				(5)

#### A saber:

- (a) Controladas e Coligadas direta
- (b) Controladas e Coligadas indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior (nota 1)
- (e) Controladora direta

#### a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (Junho/16 – 105%) e as pré-fixadas às taxas médias de 15,14% a.a. (Junho/16 – 14,83% a.a.); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 10,15% a.a. (Junho/16 – 14,15% a.a.) e possuem vencimento em 03 de julho de 2017, com lastro superior a 03 anos (Junho/16 – superior a 02 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Junho/16 – 97%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Junho/16 – até 02 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Junho/16 – 95,93%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Junho/16 – em até 03 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (Junho/16 – 102% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Junho/16 – em até 03 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,70% a.a. (Junho/16 – 1,45% a.a.) e variação cambial com vencimento final em até 01 ano (Junho/16 – em até 01 ano). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 7f.

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração – Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o primeiro semestre de 2016 e 2017, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de resultados contábeis negativos.

#### b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	Junho/17	Junho/16
Remuneração fixa	8.884	7.308
Outros	464	564
Total	9.348	7.872

#### b.2) Benefícios pós-emprego

O CCB Brasil não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### b.3) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

#### b.4) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o CCB Brasil não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo CCB Brasil empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

#### 16. DEPÓSITOS

#### Distribuição por prazos de vencimento

						Junho/17
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	80.704	-	π.	9.122		89.826
Até 03 meses	-	644.671	132.928		-	777.599
De 03 meses a 01 ano	-	1.106.877	85.899	-		1.192.776
De 01 a 03 anos		596.307	38.275	-	-	634.582
De 03 a 05 anos	-	39.294	28.608		-	67.902
Total	80.704	2.387.149	285.710	9.122	=	2.762.685

<sup>(\*)</sup> Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 360.643, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

						Junho/16
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	99.872	_	475	12.601	-	112.473
Até 03 meses	_	321.295	3.835	18	1.515	326.645
De 03 meses a 01 ano	_	777.457	72.495		-	849.952

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total	99.872	1.723.825	264.992	12.601	1.515	2.102.805
De 03 a 05 anos	-	35.798	188.347	-	4.7.3	224.145
De 01 a 03 anos	-	589.275	315	-	-	589.590

<sup>(\*)</sup> Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 301.442, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

### 17. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE LETRAS EMITIDAS

#### a) Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 03 de julho de 2017 e lastreados por LFT com vencimento em setembro de 2022.

#### b) Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, Letras Financeiras – LF e Letras de Crédito Imobiliário – LCI, assim distribuídos:

Vencimento		Junho/17	Junho/16			
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Até 03 meses	31.399	77.952	1.302	33.203	87.988	-
De 03 meses a 01 ano	63.318	35.270	26.663	55.468	104.053	67.170
De 01 a 03 anos	2.635	18.172	61.770	66.829	33.576	24.630
Total	97.352	131.394	89.735	155.500	225.617	91.800

#### 18. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 8,50% a.a. (Junho/16 – 8,50% a.a.), cujos vencimentos estão assim distribuídos:

		Junho/17		Junho/16
Vencimento	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	-	105	22.367	28,89
De 01 a 03 anos	55.066	100,00	55.066	71,11
Total	<u>55.066</u>	100,00	77.433	100,00

#### 19. EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 2,70% a.a. (Junho/16 – 1,60% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

		Junho/17	Junho/16		
Vencimento	R\$	%	R\$	%	
Até 03 meses	1.924.889	25,32	1.959.012	39,77	
De 03 meses a 01 ano	5.321.108	69,99	2.911.577	58,55	
De 01 a 03 anos	242.091	3,18	36.677	0,74	
De 03 a 05 anos	102.436	1,35	36.678	0,75	
Acima de 05 anos	11.743	0,15	9.167	0,19	
Total	7.602.267	100,00	4.953.111	100,00	

As operações de empréstimos e repasses do exterior e dívida subordinada (nota 24), que contém cláusulas restritivas ("covenants") são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantêm os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores.

#### 20. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até maio de 2018 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

#### 21. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Junho/17	Junho/16
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	33	144
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	16.207	14.846
Impostos e contribuições a recolher	8.506	11.125
Provisão para imposto de renda diferido	148.230	46.905
Total	172.976	773.568

Em Junho/16 as provisões para passivos de natureza tributária foram reclassificadas pelo valor de R\$ 700.548 para a rubrica Outras Obrigações – Diversas de acordo com a Circular nº 3.782/16 do BACEN (nota 23).

#### 22. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

#### a) Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

#### b) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas,

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

### c) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

CSLL x Isonomia – valor envolvido R\$ 145.652 (Junho/16 – R\$ 134.917): pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 a 2014, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido foi depositado em juízo.

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 492.780 (Junho/16 – R\$ 456.874): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei n.º 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 25.434 (Junho/16 – R\$ 23.040).

PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 80.022 (Junho/16 – R\$ 74.191): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº. 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 87.139 (Junho/16 – R\$ 75.480).

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 - valor envolvido R\$ 12.689 (Junho/16 - R\$ 15.734): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no art.12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 17.114 (Junho/16 - R\$ 15.734).

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 1.163 (Junho/16 – R\$ 1.614): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacifica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

#### d) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 19.864 (Junho/16 – R\$ 18.437): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacifica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD / 94 — valor envolvido R\$ 24.040 (Junho/16 — R\$ 22.274): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 102.953 (Junho/16 – R\$ 71.848): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28, parágrafo 9º, da Lei nº 8.212/91.

#### e) Passivos contingentes - Trabalhistas e Cíveis

#### Processos trabalhistas

O CCB Brasil possui 172 (Junho/16 – 130) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 47.812 (Junho/16 – R\$ 35.233). Existem 131 (Junho/16 – 117) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 8.526 (Junho/16 – R\$ 7.849), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 6.428 (Junho/16 – R\$ 5.851). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista especifica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

#### Processos cíveis

O CCB Brasil possui 3.312 (Junho/16 – 2.901) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 54.971 (Junho/16 – R\$ 62.684). O CCB Brasil possui 521 (Junho/16 – 568) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 605.362 (Junho/16 - R\$ 779.770), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 279.810 (Junho/16 – R\$ 371.803). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

### f) Movimentação das provisões para "obrigações legais" e "passivos contingentes", classificados como perda provável

Descrição	Dezembro/16	Adição	Reversão	Utilização	Junho/17
Cíveis	70.578	4.863	(12.480)	(7.990)	54.971
Trabalhistas	40.921	9.633	(605)	(2.137)	47.812
Subtotal	111.499	14.496	(13.085)	(10.127)	102.783
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/16	Adição	Reversão	Atualização	Junho/17
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 a 2014	140.644	-	-	5.008	145.652
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	12.511		-	178	12.689
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	77.949	_		2.746	80.695
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	495.820	135	(4.180)	16.751	508.526
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.679		(574)	58	1.163
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	247	_	(248)	1	
Subtotal	728.850	135	(5.002)	24.742	748.725
Total	840.349	14.631	(18.087)	14.615	851.508

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 11 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 111.210 (Junho/16 – R\$ 68.251) – processos Cíveis, R\$ 25.359 (Junho/16 – R\$ 20.125) – processos Trabalhistas e R\$ 336.361 (Junho/16 – R\$ 306.364) – processos Fiscais.

Descrição	Dezembro/15	Adição	Reversão	Utilização	Junho/16
Cíveis	86.863	6.745	(29.174)	(1.750)	62.684
Trabalhistas	29.060	6.953	(134)	(646)	35.233
Subtotal	115.923	13.698	(29.308)	(2.396)	97.917
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/15	Adição	Reversão	Atualização	Junho/16
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	129.310	_		5.606	134.916
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	12.108	-	-	199	12.307
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	71.838	_	(107)	3.076	74.807
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	458.471	-	(853)	19.048	476.666
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.549	_	-	65	1.614
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	159	-	-	79	238
Subtotal	673.435	-	(960)	28.073	700.548
Total	789.358	13.698	(30.268)	<u>25.675</u>	<u>798.463</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 11 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 68.251 (Junho/15 – R\$ 8.742) – processos Cíveis, R\$ 20.125 (Junho/15 – R\$ 17.555) – processos Trabalhistas e R\$ 306.364 (Junho/15 – R\$ 215.317) – processos Fiscais.

#### 23. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	Junho/17	Junho/16
Cheques administrativos	2	654
Credores por antecipação de valores residuais	42.571	67.081
Provisão para pagamentos a efetuar	33.975	36.350
Provisão para passivos contingentes (*)	851.508	798.465
Provisão para garantias financeiras prestadas	103.246	104.966
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	9.214	22.094
Valores a pagar a sociedades ligadas	135	-
Credores diversos – país	16.354	14.041
Total	1.057.005	343.103

<sup>(\*)</sup> Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota 22). Em Junho/16 as provisões para passivos de natureza tributária foram reclassificadas pelo valor de R\$ 700.548 para a rubrica Outras Obrigações — Diversas de acordo com a Circular nº 3.782/16 do BACEN (nota 21).

### 24. CAPTAÇÕES E EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

#### a) Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Junho/17	Junho/16
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	441.328	390.948
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	855.255	827.618
LOAN Subordinado (*)	US\$ 32.000	30/07/2010	15/10/2017	52.093	7,31%	107.434	104.279
Total - Nível II PR						<u>1.404.017</u>	1.322.845

<sup>(\*)</sup> As operações de empréstimos e repasses do exterior (nota 24) e dívida subordinada, que contém cláusulas restritivas ("covenants") são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantêm os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

### b) Instrumento de dívida elegível a capital

Em 30 de novembro de 2015 foi aprovada pelo BACEN a captação de instrumento de dívida no montante de R\$ 397.299 (US\$ 100 milhões) como elegível ao Nível II do PR a partir de 30 de setembro de 2015.

Em 10 de abril de 2017 foi aprovada pelo BACEN a captação de instrumento de dívida no montante de R\$ 228.025 (US\$ 70 milhões) como elegível ao Nível I do PR a partir de 31 de dezembro de 2016.

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Junho/17	Junho/16
EMTN – ITB Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	336.841	326.761
EMTN – ITB Nível I	US\$ 70.000	30/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	240.888	-
Total PR						<u>577.729</u>	326.761

#### 25. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

#### 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Ações

O capital social do Banco é de R\$ 1.699.886 (Junho/16 – R\$ 1.554.860) e está dividido em 354.322.935 ações nominativas (Junho/16 – 337.014.373), sendo 225.459.526 ordinárias (Junho/2016 – 213.488.507) e 128.863.409 preferenciais (Junho/16 – 123.525.866), sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a redução do capital social para R\$ 794.860 mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.217.950. Na mesma data, aprovou também o aumento do capital social de R\$ 794.860 para R\$ 1.554.860, com emissão de 84.110.804 novas ações, ao preço de R\$ 9,0354 por ação, sendo 53.281.674 ordinárias e 30.829.130 preferenciais, perfazendo um aumento no montante de R\$ 760.000, o qual foi integralizado exclusivamente pelo acionista controlador, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. Em 30 de junho de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 02 de setembro de 2016 o Conselho de Administração aprovou a proposta de aumento de capital mediante a emissão de 2.632.449 ações, todas ordinárias, ao preço de R\$ 9,49 por ação que perfaz o montante de R\$ 24.982, sendo R\$ 26 destinado a aumento de capital e R\$ 24.956 a reservas de capital. Do total, foi subscrito e integralizado a quantidade de 2.613.527 ações no

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

montante de R\$ 24.803. As sobras de ações no total de 18.922 e valor de R\$ 179, foi subscrita e integralizada em 10 de outubro de 2016 pelo acionista controlador, após o não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 04 de novembro de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 28 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital social de R\$ 1.554.886 para R\$ 1.699.886 dentro do limite do capital social autorizado, com a emissão de 14.676.113 de novas ações ao preço de R\$ 9,88 por ação, sendo 9.338.570 ordinárias e 5.337.543 preferenciais, perfazendo um aumento de R\$ 145.000, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. A controladora subscreveu e integralizou na data de 28 de dezembro de 2016 o valor correspondente a sua participação proporcional no capital do Banco, correspondente ao montante de R\$ 141.262. Em 01 de fevereiro de 2017 o Conselho de Administração aprovou o referido aumento de capital, após a comprovação de que a controladora subscreveu as sobras de ações, dos acionistas minoritários que não exerceram seu direito de preferência, no montante de R\$ 3.738. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 23 de maio de 2017.

#### b) Ações em tesouraria

A Administração do CCB Brasil, com base em deliberações provenientes de reuniões do Conselho de Administração, efetuou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

- As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
- 2) No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.

No primeiro semestre de 2013, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2012 (173.834 ações).

No primeiro semestre de 2014, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações).

Até 30 de junho de 2017 não houve movimentação das ações em Tesouraria - R\$ 55.105 (2016 – R\$ 55.105), número de ações correspondente 6.398.518.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

### c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Não houve pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no período.

d) Reservas – a apuração de prejuízos contábeis fundamentou a não constituição de reservas.

#### 27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 30 de junho de 2017, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

a) Créditos tributários: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Dezembro/16	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Baixa Res. nº 3.059/02	Junho/17
<u>Descrição</u>						
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	130.006	(28.056)	77.793	-	-	179.743
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.647	(134)	1.877	-		22.390
Provisão para contingências e outras	298.001	(103.923)	80.222	-		274.300
Subtotal	448.654	(132.113)	159.892	-	-	476.433
Prejuízo fiscal	414.971	(4.383)	78.536	-	(179.150)	309.974
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	<u>863.625</u>	(136.496)	238.428		(179.150)	786.407
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	113.874	(22.824)	62.159	(13.773)	-	139,436
Provisão para desvalorização de bens não de uso	13.485	(107)	1.502	1.195	_	16.075
Provisão para contingências e outras	175.502	(83.334)	64.140	18.168	_	174.476
Subtotal	302.861	(106.265)	127.801	5.590	-	329.987
Base negativa da CSLL acumulada	281.492	(2.259)	57.742	(10.275)	(137.929)	188.771
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	584.353	(108.524)	185.543	(4.685)	(137.929)	<u>518.758</u>
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.447.978	(245.020)	423.971	(4.685)	(317.079)	1.305.165

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	Dezembro/15	Realizações	Adições	<u>Ajustes</u> <u>15% -</u> <u>20%</u>	Junho/16
Descrição					
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	536.280	(67.884)	71.101	_	539.497
Provisão para desvalorização de bens não de uso	17.739	(19)	84	_	17.804
Provisão para contingências e outras	225.672	(35.869)	38.511	_	228.314
Subtotal	779.691	(103.772)	109.696	-	785.615
Prejuízo fiscal	175.112	(1.584)	104.423	-	277.951
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	954.803	(105.356)	214.119		1.063.566
Contribuição Social					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	429.020	(54.309)	56.881	(73.472)	358.120
Provisão para desvalorização de bens não de uso	12.216	(14)	66	1.976	14.244
Provisão para contingências e outras	142.835	(28.621)	30.743	(2.045)	142.912
Subtotal	584.071	(82.944)	87.690	(73.541)	515.276
Base negativa da CSLL acumulada	155.998	(905)	83.383	(37.418)	201.058
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	740.069	(83.849)	171.073	(110.959)	716.334
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.694.872	(189.205)	385.192	(110.959)	1.779.900

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 16,0% até dezembro de 2017, 15,4% até dezembro de 2018, 12,0% até dezembro de 2019, 2,7% até dezembro de 2020, 3,9% até dezembro de 2021, 4,3% até dezembro de 2022, 4,8% até dezembro de 2023, 5,7% até dezembro de 2024, 6,4% até dezembro de 2025, 7,4% até dezembro de 2026 e 21,4% até dezembro de 2027. A realização e manutenção do registro do credito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.059/02.

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015 e 2016. Consoante a Resolução nº 3.059/02, esta condição deixou de ser aplicável no Banco até o exercício de 2014, em decorrência da mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano.

Conforme estimativas da Administração do Banco a reversão para lucro fiscal até o encerramento deste exercício é pouco provável.

Desta forma, a Administração do Banco apresentou estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15, que resultou na autorização do Banco Central Brasil para

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

manutenção do saldo de créditos tributários advindos de prejuízo fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social registrados em 31 de maio de 2017, para os quais o Banco possui expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos, bem como dar continuidade ao registro de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias apuradas na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Diante do exposto, o Banco e o Consolidado possuem créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 346.088 (Junho/16 - ) para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

Valor presente dos créditos tributários - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 786.216 (Junho/16 – R\$ 757.197).

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Crédito Presumido Constituído	2014	2015	2016	2017	Total
Orealto Presumido Constituido	78.983	107.450	194.229	(7.839)	372.823

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

#### b) Passivo diferido

O Banco possui registrado R\$ 124.680 (Junho/16 – R\$ 43.157) no Múltiplo e no Consolidado, a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo e R\$ 21.435 (Junho/16 - ) no Consolidado a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre *hedge accounting* que serão realizados durante o prazo das operações com empréstimos consignados.

A CCB Brasil Arrendamento Mercantil possui registrada R\$ 2.115 (Junho/16 - R\$ 3.748) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

Passivo diferido	Dezembro/16	Realizações	Adições	Junho/17
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	65.061	(65.061)	124.680	124.680

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total	<u>68.510</u>	(66.394)	146.115	148.230
IR sobre Superveniência de depreciação	3.449	(1.334)	-	2.115
IR e CS sobre Hedge accounting	-	-	21.435	21.435

Passivo diferido	Dezembro/15	Realizações	Adições	Junho/16
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	30.924	(28.889)	41.122	43.157
IR sobre Superveniência de depreciação	8.767	(5.081)	61	3.748
Total	<u>39.691</u>	(33.970)	41.183	46.905

### c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

		Junho/17
Apuração	<u>IR</u>	cs
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(324.360)	(324.360)
Base de cálculo	(324.360)	(324.360)
Adições temporárias	677.920	671.799
Adições permanentes	189.354	189.354
Exclusões	(808.610)	(807.823)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2016)	(265.696)	(271.030)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	365.694	365.694
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(7.767)	(7.767)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	92.231	86.897
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	5.792	6.657
Adicional de 10% de IR	3.814	
Impostos correntes	9.606	6.657
Conciliação do resultado		
Impostos correntes		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	46.200	39.709
(=) Provisão IR e CSLL (2016)	55.806	46.366
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(159.893)	(123.116)
Constituição de créditos tributários (sobre Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(78.536)	(57.742)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	130.879	105.474
Realização do crédito tributário (sobre compensação Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	181.474	139.324
(=) Efeito líquido do crédito tributário	73.924	63.940
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	129.730	110.306

	Junho/16	
Apuração	<u>IR</u>	<u>cs</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(422.491)	(422.491)
Base de cálculo	(422.491)	(422.491)
Adições temporárias	463.358	443.034
Adições permanentes	194.062	194.062
Exclusões	(583.160)	(582.916)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2016)	(348.231)	(368.311)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	388.020	343.926
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	3.219	3.629
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	43.008	20.756
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	6.934	4.152
Adicional de 10% de IR	3.497	-
Impostos correntes	10.431	4.152
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	1.266	6.406
(=) Provisão IR e CSLL (2016)	11.697	10.558
Constituição de créditos tributários (sobre Adições temporárias)	(111.223)	(15.371)
Constituição de créditos tributários (sobre Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(104.422)	(45.965)
Realização do crédito tributário (sobre Reversão de adições temporárias)	103.772	82.944
Realização do crédito tributário (sobre Compensação Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	1.584	905
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(110.289)	22.513
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(98.592)	33.071

#### 28. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO

#### a) Resultado de operações de crédito

	Junho/17	Junho/16
Capital de giro e descontos	134.919	198.247
Contas garantidas	692	2.656
Crédito pessoal consignado	322.236	129.817
Cheque empresarial	203	-
Financiamentos à importação	3.165	2.030
Financiamentos à exportação	25.695	31.758
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.219	1.515
Financiamentos imobiliários e habitacionais	129	135
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	39.513	37.803
Resolução 63 – (atual Resolução nº 2.770)	-	291
Crédito a pessoas físicas	1	827
Outros empréstimos e financiamentos	26.882	25.231
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	34.349	71.116
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	2.414	(15.156)
Total	594.417	486.276

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

### b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Junho/17	Junho/16
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	62.220	4.149
Resultado de títulos renda fixa	86.774	152.061
Rendas de aplicações compromissadas	280.323	97.280
Outras operações com títulos e valores mobiliários	35.200	110
Variação cambial	551	2.342
Total	465.068	255.942

### c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Junho/17	Junho/16
Mercado futuro – dólar	(152.210)	(258.098)
Mercado futuro – DI	(42.331)	(95.267)
Swap	(25.315)	(163.659)
Variação cambial – Swap	58.998	(592.041)
Termo de moedas	2.652	(8.261)
Total	(158.206)	(1.117.326)

#### d) Resultado de câmbio

	Junho/17	Junho/16
Rendas de operações de câmbio	12.317	14.721
Despesas de operações de câmbio	(708)	(771)
Variações cambiais	25.716	(135.909)
Total	37.325	(121.959)

#### e) Despesas de captação no mercado

	Junho/17	Junho/16
Depósitos de poupança	331	495
Títulos e valores mobiliários no exterior	66.971	57.753
Depósitos interfinanceiros	10.096	37.178
Depósitos a prazo	132.473	174.660
Operações compromissadas	279.409	86.823
Despesas de letras do agronegócio - LCA	8.751	12.576
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	6.981	11.926
Despesas de letras financeiras – LF	2.748	6.088
Outras	1.837	4.362

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Variação cambial sobre títulos emitidos no exterior	13.302	(188.289)
Total	522.899	203.572

### f) Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses

	Junho/17	Junho/16
Repasses FUNCAFÉ/BNDES	3.373	1.637
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	77.981	40.041
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	61.486	(786.480)
Marcação a mercado - item objeto de hedge	402	(24.824)
Total	143.242	(769.626)

### g) Operações de venda ou transferências de ativos financeiros

	Junho/17	Junho/16
Prejuízos em venda ou transferência de ativo financeiro – cessões para securitizadora de crédito – empresa não ligada (nota 7 g4)	788	-
Total	788	_

#### h) Outras receitas operacionais

	Junho/17	Junho/16
Recuperação de encargos e despesas	29.219	5.353
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	6.809	4.959
Atualização de depósito em garantia	9.436	9.000
Constituição/Reversão de provisões outras	26	309
Constituição/Reversão de provisão para fiança	1.569	_
Receitas por recebíveis do Governo Federal	<u> </u>	38.928
Outras rendas operacionais	5.787	3.969
Total	52.846	62.518

#### i) Outras despesas operacionais

	Junho/17	Junho/16
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	21.720	7.184
Despesas de obrigação por cotas de fundos de investimento	_	1.640
Despesas de obrigações específicas de controladas não sujeitas ao Banco Central	706	2.065
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	37.159	5.651

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Despesas de atualização de impostos	238	312
Constituição/Reversão de provisões para fiança		1.899
Comissões crédito consignado	85.807	56.384
Programa de remuneração e retenção de funcionários	12.146	92
IOF sobre operações de câmbio próprias	373	382
Outras despesas	7.773	1.553
Total	165.922	77.162

#### j) Despesas de pessoal

	Junho/17	Junho/16
Salários	73.315	69.039
Beneficios	11.748	11.752
Encargos sociais	23.455	24.039
Honorários da diretoria	8.884	7.308
Outros	520	425
Total	117.922	112.563

#### k) Outras despesas administrativas

	Junho/17	Junho/16
Despesas de aluguéis e taxas	11.532	14.593
Despesas de comunicações	992	1.254
Despesas de manutenção e conservação	3.543	4.336
Despesas de processamento de dados	8.584	8.885
Despesas de promoções e relações públicas	702	879
Despesas de propaganda e publicidade	1.211	1.193
Despesas de serviços do sistema financeiro	7.102	6.074
Despesas de serviços de terceiros	20.899	20.473
Despesas de transportes e viagens	2.122	2.778
Despesas de amortização e depreciação	15.185	10.359
Outras despesas	9.351	15.988
Total	81.223	86.812

#### I) Despesas tributárias

	Junho/17	Junho/16
Despesas tributárias	3.752	2.990
Despesas de impostos s/ serviços de		
qualquer natureza	1.774	1.656
Despesas de contribuição ao COFINS	10.615	7.537

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	1.729	1.286
Total	17.870	13.469

### m) Resultado não operacional

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	Junho/17	Junho/16
Resultado na alienação de bens	1.831	1.219
Perdas de Capital	_	(255)
Despesa (Reversão) de Provisão para ajuste do valor de realização de bens	(5.457)	(303)
Outros	801	320
Total	(2.825)	981

#### n) Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, cuja composição líquida é a seguinte:

	Junho/17	Junho/16
Operações de crédito	2.414	(15.150)
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	551	2.342
Mercado futuro – dólar	(152.210)	(211.424)
Swap – dólar	58.998	(592.041)
Termo de moeda – dólar	2.652	(8.261)
Resultado de câmbio	25.716	(135.909)
Títulos e valores mobiliários no exterior – Passivo	(13.302)	188.289
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(61.486)	785.657
Total	(136.667)	13.503

#### 29. ACORDO DA BASILEIA

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 9,25% mais o adicional de capital principal de 1,25% (totalizando 10,50%) de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

	Basileia III	Basileia III
Cálculo do Índice de Basileia Prudencial	Junho/17	Junho/16
Patrimônio de Referência Nível I	219.701	612.350
- Capital Principal	(21.187)	612.350
- Bônus Perpétuo	240.888	

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Patrimônio de Referência Nível II	814.800	900.311
- Dívida Subordinada	814.800	900.311
Patrimônio de Referência - Prudencial	1.034.501	1.512.661
Risco de Crédito	592.669	790.309
Risco de Mercado	6.537	14.125
Risco Operacional	68.555	70.873
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	667.761	875.307
Índice de Basileia (%)	14,33	17,09
Índice de Capitalização Nível I	3,04	6,92
Índice de Capitalização Nível II	11,29	10,17

#### 30. DEMONSTRATIVO DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

	Junho/17	Junho/16
Limite	517.251	756.331
Situação	77.193	145.510
Margem	440.057	610.820
Índice de imobilização	7,46%	9,62%

### 31. AVAIS E FIANÇAS PRESTADAS

a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.609.376 (Junho/16 - R\$ 1.937.827) e apresentam a seguinte concentração:

	Junho/17	%	Junho/16	%
Maior tomador de fiança	193.437	12,02	171.422	8,85
10 Maiores fianças	776.420	48,24	798.383	41,20
20 Maiores fianças	1.047.062	65,06	1.115.084	57,54
50 Maiores fianças	1.395.160	86,69	1.545.512	79,75

No período findo em 30 de junho de 2017, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 103.246 (Junho/16 - R\$ 104.966), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 23).

a) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 25.424 (Junho/16 - R\$ 26.954) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do BACEN (nota 7a).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 32. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678/13 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos encontra-se no site.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988/11 do CMN. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090/12 do CMN, a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução nº 4.327/14 do CMN também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

#### I. GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco possui designado o *CRO – Chief Risk Officer* designado como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

#### Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (stale positions), sensibilidades (PV01), testes de estresse, o "Value-at-risk" (incluindo testes de aderência e validações) e EVE- Economic Value of Equity.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

#### Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN n° 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

#### 33. OUTRAS INFORMAÇÕES

 a) O CCB Brasil possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:

	Junho/17	Junho/16
Operacional		
Comercial	108	136
Captação	8	9
Subtotal	116	145
Suporte e Controle		
Administrativo	231	273
Jurídico/Auditoria	30	29
Controladoria	82	97
Informática	102	115
Subtotal	445	514
Total Múltiplo	<u>561</u>	659
CCB Brasil Financeira	139	121
CCB Brasil Arrendamento	4	<u>5</u>
Total Consolidado	<u>704</u>	<u>785</u>

#### b) Benefícios pós-emprego a empregados

O CCB Brasil não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

### c) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), DEG (Deutsche Investitions und Entwicklungsgesesellschaft Mbh) e Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, com prazos (originalmente) de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelos credores mencionados.

	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre "PR"	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo	≥ 35%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Maior devedor sobre "PR"	≤ 20%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Exposição Cambial por moeda sobre "PR"	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre "PR"	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	<b>&gt;</b> 0

#### d) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

#### e) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Junho/17	Junho/16
Disponibilidades	424.060	58.637
Aplicações no mercado aberto	783.994	-
Aplicações em moedas estrangeiras	7.278	5.456
Total	1.215.332	64.093

#### 34. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 17 de outubro de 2017 ocorreu aumento de capital social na CCB Holding Financeira, controlador do Banco, no montante de R\$ 1,2 bilhão, os quais foram direcionados para investimento no Banco através de aumento do capital social de R\$ 1.699.886 para R\$ 2.956.864. O aumento de capital social foi homologado pelo BACEN em 12 de dezembro de 2017. Este novo aporte, enquadrará o Conglomerado Financeiro CCB Brasil nos limites mínimos de capitalização requeridos, vigentes nesta data e, dará suporte ao volume operacional previsto no seu plano de negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 22 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração propôs e a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas aprovou o resgate de ações nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM 361, envolvendo a totalidade das 550.940 ações ordinárias e 1.788.320 ações preferenciais remanescentes em circulação após o leilão da OPA ocorrido em 1º de outubro de 2016. O valor a ser pago será de R\$ 7,30 por ação ajustado pela variação da SELIC desde 29 de agosto de 2014 e totalizará o montante de R\$ 25.160 e será liquidado, a partir de 04 de janeiro de 2018, à conta de reservas de capital, sem necessidade da redução de capital social.

#### Conselho de Administração

Presidente: Xilai Feng (\*)

Membros do Conselho: Xi Zhang

Fanggen Liu (\*) Qiuyue Fang (\*)

Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

Diretoria

Diretor Presidente: Xi Zhang

Diretores Vice-Presidente: Yongdong Jiang

Hong Yang Milto Bardini

Paulo Celso Del Ciampo

Diretores: Carlos José Roque

Francisco Edênio Barbosa Nobre

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado: Heraldo Gilberto de Oliveira

Membros do Comitê: Walter Mallas Machado de Barros

Daniel Joseph McQuoid

(\*) Tomaram posse em 11 de janeiro de 2018.